

O presidente Washington Luís, deposto pela Revolução de 30, legou aos pósteros duas frases famosas. Uma delas (que talvez venha de mais longe) dizia: "Governar é abrir estradas". A outra fez desabar sobre o próprio presidente e sua República Velha o escárnio e a indignação das gerações mais novas: "A questão social é um caso de polícia".

Sessenta anos atrás, o Brasil era apenas um grande e atrasado país, dominado por "coronéis" interioranos, pouco mais que uma imensa fazenda plantada na margem atlântica da América do Sul. De lá para cá, as coisas mudaram tanto que se pode dizer que fizemos com elas o que Marx fez com a dialética do seu mestre Hegel: viramo-las de pernas para o ar.

Hoje, caso de polícia já não é a questão social, mas a própria política, a própria República fundada e gestada pelos positivistas e populistas que derrubaram o velho Washington e assumiram o poder em seu lugar. Caso de polícia. O presidente Itamar e seu ministro Fernando Henrique fingem que governam, anunciam planos, editam medidas provisórias, nomeiam e demitem, mas é cada vez mais claro e óbvio que quem governa o País não são eles: é o escândalo.

O presidente e o ministro, homens sérios, respeitadores do protocolo, desviam os olhos e fingem não ver o incêndio que queima a casa do vizinho, como se a República não fosse afinal uma casa só. Ou se apaga o fogo, ou se extinguem um por um os focos do incêndio, ou o que vai sobrar dessa velha estrutura corrupta será quase nada. O alicerce da República é a fé pública, a confiança dos cidadãos, a credulidade compulsória do povão — e é precisamente nesse alicerce que o fogo lavra com mais força.

A omissão (protocolar) do presidente Itamar e do ministro, somada à nonchalance do senador Passarinho e dos principais chefes partidários, está criando no País uma curiosa e perigosa carência institucional, espécie de vácuo que as notícias dos jornais vão preen-



Isso é hora de pedir (a esse Congresso!) um aumento geral de impostos?

chendo como podem. Hoje, os dois mais importantes "homens públicos" do Brasil, os únicos que na verdade contam, estão presos: um é um assassino torpe, que matou a própria mulher na tentativa de proteger a si próprio e aos 40 ladrões da sua máfia parlamentar; o outro é o superladrão megalômano PC Farias — criatura que se tornou maior que seu próprio criador, Fernando Collor.

Mais umas semanas e é possível que também o Zé Português, até agora posto em sossego, venha a se tornar mais importante que o Quêrcia, assim como o pianista José Carlos Martins já é hoje quase tão notório quanto o próprio Paulo Maluf. A polícia toma o lugar da política. A ficha criminal se sobrepõe à ficha partidária. As delegacias e os tribunais substituem a tribuna parlamentar. Anos de cadeia, em vez de anos de mandato.

Segundo os juizes italianos da Operação Mãos Limpas, uma das primeiras constatações que eles fizeram no curso dos seus trabalhos foi que "os canários cantam melhor

e mais facilmente quando são postos na gaiola". As mais escoladas e bem emplumadas dessas aves da corrupção (melhor é não chamá-las de passarinhos) não demoram a abrir o bico, desde que devidamente engaioladas pela Justiça.

Não é difícil imaginar o que vai acontecer nas próximas semanas, neste país, se o PC Farias, enfiado numa cela da Polícia Federal, não resistir aos interrogatórios e começar a dizer o que sabe. Soprado pelo vento forte da opinião pública (e do interesse público), esse é um tipo de fogaréu que se alimenta a si mesmo e já não há como fazer parar. Mesmo na hipótese de um golpe de Estado ou de uma revolução, tudo o que se conseguiria seria, apenas, tornar a Justiça mais sumária, além de (provavelmente) mais injusta e, ainda mais, imperfeita.

Que fazer? Continuar fazendo de conta, como o Itamar, que não é conosco? Administrar é, sem dúvida, preciso. Alguém tem que cuidar do Banco Central e da moeda, controlar o caixa, assinar acordos no Exterior, gerir a Receita e a máquina do Estado. Para isso o Brasil tem hoje (graças ao bom Deus) equipes de técnicos e burocratas razoavelmente competentes, capazes de fazer seu serviço tanto melhor quanto mais livres estiverem (co-

mo estão agora) das pressões e ingerências dos grandes corruptores e dos maus políticos.

O que na verdade falta, neste momento, não é administração. É capacidade de liderança, é visão política. Os planos econômicos e financeiros que o governo agora anuncia parecem tão pateticamente inadequados exatamente por isso. O ministro Fernando Henrique e seu assessor Bacha perderam de vista o País. Estão cegos para o que acontece à sua volta. Só enxergam as contas, o ajuste nas contas. Então isso é hora para pedir (a esse Congresso!) um aumento geral de impostos e a criação de um bilionário fundo de reserva à disposição do governo federal?

As contas (e as verbas) são, sem dúvida, importantes, mas o que todos queremos saber é quem vai garanti-las; quem vai, daqui para a frente, distribuir e gerir os dinheiros que o povo põe (compulsoriamente) nas mãos do governo e dos políticos. Hoje está mais do que nunca evidente que a inflação e o generalizado descalabro das contas oficiais não decorrem de Orçamentos malfeitos. Decorrem de um sistema político podre e corrupto que rouba há décadas o País e não se resume a meia dúzia de "anões" do Congresso.

O ministro Fernando Henrique está hoje espremido entre um presidente da República bem-intencionado, mas fraco e hesitante, e um Legislativo desmoralizado, transformado, pelos próprios integrantes, em pau de galinheiro. Sabemos todos que a inflação não se cura enquanto não se restabelecer a confiança dos cidadãos no governo; enquanto não for saneada a República; enquanto não forem mudadas leis e normas (e costumes) que estimulam e protegem a roubalheira, a irresponsabilidade e o desgoverno.

Malha-se o ferro enquanto ele está quente. Seria inaceitável, depois de tudo o que o País está passando (e vai ainda passar), que fôssemos obrigados a eleger em 94 essa mesma gente, esse mesmo sistema vicioso, ainda que sob outros nomes e outros rótulos. É hora de pensar nas instituições que será preciso erguer sobre a terra hoje calcinada pelos escândalos. E convocar a Nação a construí-las. Abrir estradas — para o futuro.

